



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC

Fls. 69

Rubrica [assinatura]

Mat. n°.: 4104

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n° 1.204.004/2024;

Interessado: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Abast. E Recursos Hídricos;

Modalidade: Dispensa de Licitação;

Objeto: Contratação do serviço de serviço, de acordo com a conveniência, e necessidade da Administração Pública Municipal de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Abast. E Rec. Hídricos deste Município.

EMENTA: Direito Administrativo. Direito Constitucional. Lei n° 14.133/21. Decreto Municipal n° 05/2023. Resolução n° 28/2020. Contratação Direta. Dispensa de Licitação. Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva de Poços Artesianos. Minuta de Aviso. Possibilidade com ressalva.

I - RELATÓRIO

1. O presente Processo trata da Contratação de serviço, de acordo com a conveniência e necessidade da administração pública municipal, de SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE POÇOS ARTESIANOS, visando atender necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Abast. E Recursos Hídricos, do município de Serra Caiada/RN.

2. Os Autos são contemplados por um único volume de 68 (sessenta e oito) páginas devidamente instruído com os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização de Demanda (fls. 01-03);
- b) Solicitação de Despesa do Sistema Orçamentário Financeiro e Contábil (fls. 04);



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC
Fls. <u>70</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n°.: <u>4464</u>

- c) Termo de Referência (fls. 05-14);
- d) Pesquisa Mercadológica (fls. 15-23);
- e) .Despacho de Dotação Orçamentária (fls. 25);
- f) Declaração de limite de dispêndio financeiro (fls. 26);
- g) Termo de abertura e autuação de processo administração (fls. 27);
- h) Declaração de Adequação Orçamentárias e financeira (fls. 28);
- i) Declaração de Dispensa de Licitação (fls. 29);
- j) Portaria de designação de Comissão de Contratação (fls. 30);
- k) Minuta de Edital de Contratação Direta (fls. 31-68).

3. Na sequência o processo foi enviado a esta Procuradoria Geral com vistas ao cumprimento do controle de legalidade. É o que importa relatar.

II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

a) ASPECTOS GERAIS E PARÂMETRO DE PREÇOS

4. A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, ¹XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

5. Assim, temos que uma das exceções referidas é a Dispensa de Licitação, meio de contratação direta prevista no art. 75 da Lei nº 14.133/21, que pode ser utilizada **quando respeitadas algumas características e de forma Discricionária à Administração.**

1 Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC

Fls. 73

Rubrica [assinatura]

Mat. n°.: 1464

6. Segundo Fernanda Marinela, nas contratações diretas não há qualquer impedimento para que o Administrador tome providências para escolha da melhor proposta, utilizando-se de regras de competitividade mais simples que as exigidas na Licitação².

7. Outrossim, a Lei nº 14.133/21 prevê em seu artigo 75, II, a possibilidade de prosseguir com a Dispensa de Licitação nos casos em que a contratação pretendida não ultrapasse o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Vejam os:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 11.871, de 2023)

(...) - grifos nossos.

8. Com a redação do Decreto nº 11.871, de 2023, o valor do limite para Contratações Diretas relacionadas ao custo da contratação, **temos que o limite aumentou, passando a ser de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).**

9. No presente caso temos a pretensa contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, **o que resulta diretamente do custo da Contratação, cuja pesquisa mercadológica para parâmetro de preços foi realizada utilizando valores de referência oriundo de contratação similar de outro Ente Público, e de potencial fornecedor local buscado pelo próprio setor requisitante, de forma coerente à Instrução Normativa Seges/Me N° 67, de 8 de Julho de 2021, consoante se depreende das fls. 15-23.**

b) DOS REQUISITOS DO PROCESSO

10. Conforme demanda a norma legal, o Processo conta com Documento de Formalização de Demanda e Solicitação exaradas pelo Setor

² MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo. 8º Ed. Niterói: Impetus, 2014. Pag. 374.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC

Fls. 72

Rubrica [assinatura]

Mat. n°.: 4464

Requisitante, Termo de Referência onde há a pormenorização da execução do objeto, além do estabelecimento de regras de habilitação, fornecimento e contratação.

11. Frise-se que o Estudo Técnico Preliminar em âmbito Municipal, nos termos do Decreto Municipal de nº 05/2023, **é opcional** nos casos de Dispensa de Licitação previstas no art. 75, I e II da Lei nº 14.133/21, **motivo pelo qual sua ausência no processo em análise não traz qualquer prejuízo à legalidade.**

12. Notadamente no que diz respeito às orientações exaradas pela Advocacia Geral da União - AGU e Lei de Licitações e Contratos, no processo encontramos a Abertura e Autuação de processo Administrativo (fls.27); Declaração de Adequação Orçamentária (fls.28); ato de enquadramento da contratação em Dispensa de Licitação (fls. 29).

13. Passo seguinte, e não menos importante, não deixamos de analisar a normativa legal encartada na Resolução nº 28/2020 do Tribunal de Contas estadual, a qual estabelece o procedimento a ser adotado no caso de contratações diretas, delineado no art. 10, B, que assim dispõe:

b) em caso de contratação direta:

1. minuta do termo de contrato, quando for o caso;

2. O parecer da assessoria jurídica do órgão ou entidade contratante, com a manifestação acerca do exame e aprovação da minuta do termo de contrato, quando for o caso, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

3. termo de autorização de dispensa ou termo de declaração de inexigibilidade, expedido pela autoridade competente;

4. ato de ratificação da dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, em razão do que dispõe o caput do art. 26 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC

Fls. 73
Rubrica [assinatura]
Mat. n.º.: 4204

5. comprovante da publicação na imprensa oficial do ato de dispensa ou de inexigibilidade nos casos previstos no caput do art. 26 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

6. documentação comprobatória da idoneidade do contratado, para efeito de sua qualificação, aplicando-se, no que couber, o disposto nos arts. 27 a 33 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

7. pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a dispensa ou inexigibilidade, nos termos do inciso VI do art. 38 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

8. ato caracterizador da situação emergencial ou calamitosa, ou, quando for o caso, ato governamental de decretação da situação emergencial ou calamitosa, quando se tratar de dispensa de licitação fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

9. atestado de comprovação de exclusividade de produtor, empresa ou representante comercial, passado por entidade idônea, dentre as referidas no inciso I do art. 25 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando se tratar de inexigibilidade de licitação fundada no citado inciso;

10. documentação comprobatória da notória especialização do contratado, obedecida a definição constante do § 1º do art. 25 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando se tratar de inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso II do citado artigo;

11. documentos comprobatórios da consagração do contratado por parte da crítica especializada ou da opinião pública, quando se tratar de inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso III do art. 25 da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC
Fls. <u>748</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n°.: <u>4104</u>

12. documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados, quando for o caso; - grifos nossos.

14. Do exposto, concluímos que até o momento da análise documental por esta procuradoria, o processo conta com os documentos pertinentes à contratação sugerida, e desde já pontua a necessidade da Comissão de Contratação que está conduzindo o processo deve atentar ao cumprimento dos pontos supracitados.

c) DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

15. Ademais, o Aviso de Dispensa de Licitação encontra-se regular, seguindo o modelo sugerido pela Advocacia Geral da União - AGU, no qual há a descrição do objeto, valor estimado da contratação, data de abertura das propostas, critério de julgamento, além de demais especificações como a forma de contratação e a vinculação às regras de habilitação elencadas no Termo de Referência, cuja cópia faz parte dos anexos, o que infere legalidade aos Autos até a oportunidade de análise por esta Procuradoria.

16. No caso em apreço, a minuta do Contrato encontra-se bem descrita, traduzida em modelo sugerido pela Própria Advocacia Geral da União, estando coerente à legislação aplicável, principalmente no que diz respeito à cláusula 92 da Lei nº 14.133/21.

17. Finalmente, as regras para o processo de contratação direta encontram-se arraigadas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, de modo que a presente análise jurídica cuidou de observar o cumprimento ou não dos requisitos até a fase em que o processo encontra-se.

III - CONCLUSÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

PMSC

Fls. 75

Rubrica [assinatura]

Mat. n°: 1104

19. Por tudo que foi exposto, salvo melhor juízo, compreendo que o Processo Administrativo de nº 1.204.004/2024, no que diz respeito à garantia dos Princípios que regem a Administração Pública na área de Licitações e Contratos Administrativos, limitando-se a análise dos Autos à fase em que encontra-se a pretensa contratação, qual seja, o Aviso de Contratação Direta proposta, atende aos requisitos legais.

Serra Caiada/RN, 12 de Dezembro de 2024.

Râmida Raiza De Oliveira Pereira Gonçalves
Procuradora Geral
OAB/RN nº 14.285